

# COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

## REQUERIMENTO N° /2005

Solicita realização de Seminário para discutir a crise e seus reflexos na agropecuária, uma visão de futuro para a agricultura e a criação de uma Agência Reguladora para o Agronegócio Brasileiro.

Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno desta Casa, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizado o Seminário: **UM ALERTA À NAÇÃO**, em 26/10/05, para discutir os seguintes temas: a crise e seus reflexos na agropecuária; uma visão de futuro para a agricultura; e a criação de uma Agência Reguladora para o Agronegócio Brasileiro.

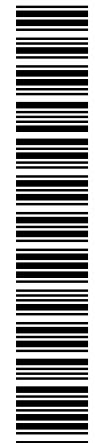
Informamos-lhe que participarão do Seminário a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, o Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, e a Organizações das Cooperativas Brasileiras - OCB.

## JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos anos a agricultura brasileira tem apresentado um crescimento extraordinário via aumento da produtividade e expansão da fronteira agrícola principalmente para o Centro-Oeste. O setor se modernizou com a utilização de práticas gerenciais inovadoras, facilidades de acesso a informações, integração de mercados, utilização de maquinaria agrícola moderna, uso de material genético modificado adaptado às diversas condições climáticas do país e uso mais intensivo de fertilizantes e produtos fitossanitários. Como consequência desta inovação tecnológica, o preço médio dos principais alimentos caiu em termos reais 5,25% ao ano, no período 1975/2000. O país se tornou um "big trader", um exportador de peso nas principais commodities agrícolas (soja, carne, açúcar, suco de laranja, café), os grandes responsáveis pelos superavits na nossa balança comercial.

Apesar de todo esse crescimento e sucesso, a renda que fica dentro da porteira da fazenda não tem sido suficiente para manter a agricultura operando em situação de normalidade ao longo dos anos. As crises se repetem. Quando ocorre queda nos preços recebidos pelos produtores a situação fica muito difícil. Quando a queda desses preços é simultânea à ocorrência de preços elevados praticados no mercado de insumos e serviços, ou seja, quando as relações de trocas são desfavoráveis, surgem as crises de renda na agricultura e o setor agrícola enfrenta dificuldades para se sustentar financeiramente.

No caso atual a crise é devida a grande oferta de produtos agropecuários a preços de mercado extremamente achatados, o que significa preços muito baixos para os consumidores urbanos – é uma crise de abundância que penaliza quem produz! Isto está sendo conseguido à custa de elevadas transferências de renda da agricultura para outros setores da economia. A perda de renda da agricultura, sem contar com os prejuízos recentes



E987881628

devido à ocorrência de febre aftosa no rebanho bovino, já soma de R\$ 17 bilhões em 2.005. A pesada tributação transfere para o governo cerca de 35% do valor da produção e os juros elevados praticados no mercado deixam para os bancos e comerciantes de fertilizantes e defensivos, outros 30%.

As formas tradicionais de proteção da renda no setor, como políticas de preços mínimos e de seguro agrícola, na prática, não funcionam. Os instrumentos oficiais de crédito de comercialização não são oportunos, não cumprem a sua função e beneficiam grandemente comerciantes e atravessadores. Não existe um seguro agrícola que dê suporte adequado de proteção à renda quando ocorrem perdas da produção devido a problemas climáticos. O nível de emprego no campo tem diminuído. Nota-se uma redução gradual e sistemática dos recursos federais para o desenvolvimento da agricultura.

O mercado apresenta falhas. A concorrência no mercado de insumos, principalmente fertilizantes, é muito pequena ou inexistente. Para alguns insumos os preços são abusivos. Na comercialização de commodities de exportação como suco de laranja, soja e carnes, a concorrência também é muito limitada. A produção de tratores e colheitadeiras é restrita a poucos fabricantes e os preços muito elevados. Ocorre grande concentração de poder financeiro e econômico nos poucos bancos comerciais que operam no país. É comum o não cumprimento de regras estabelecidas e a indisciplina dos agentes econômicos.

O Governo Federal não cumpre o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional e estabelece contingências e retenções financeiras, prejudicando sobremaneira o setor agrícola, que não possui poder econômico para defender seus interesses. O fato recente da não liberação de recursos federais para fiscalização sanitária no rebanho bovino acabou gerando mais uma grave crise no campo – o surgimento de focos de febre aftosa que já causaram prejuízos da ordem de R\$1,5 bilhão.

Vários cartéis operam livremente no país. As autoridades responsáveis pela defesa da concorrência não têm sido capazes de evitar a ocorrência das infrações à ordem econômica. Quando ocorrem, as disputas judiciais são demoradas e custosas e nem sempre trazem justiça.

Essa é a situação atual que este seminário pretende discutir. A idéia da criação de uma *Agência Reguladora do Agronegócio* faz parte dessas preocupações. O país necessita de regras claras, legislação moderna, adequada e oportuna e intensa participação da sociedade para disciplinar a atuação dos vários agentes econômicos no agronegócio e para corrigir as falhas de mercado atualmente existentes. Ausência de concorrência, presença de cartéis, juros exorbitantes, preços abusivos, dificuldades de entrada no mercado são temas que sinalizam na direção de uma agência. Uma instituição híbrida criada por lei, com atribuições específicas de natureza normativa, fiscalizadora e arbitradora, formulando regras claras e marcos regulatórios específicos, operando com transparência, excelência técnica, independência e com poderes bem delimitados, pode ser uma solução.

Brasília, 17 de outubro de 2005

Deputado RONALDO CAIADO – PFL/GO



E987881628